

Sumário

Capítulo 1 ▶ TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	23
1. O que são direitos humanos. Direitos humanos e direitos fundamentais.....	23
2. Centralidade dos direitos humanos. Por que direitos humanos são tão importantes?	25
3. Fundamentos dos direitos humanos.....	25
4. Institucionalização dos direitos humanos.....	26
5. Quais são os direitos humanos. Tipos de direitos	27
6. Direitos e garantias. Tipos de garantias	28
7. Características dos direitos humanos	29
7.1. Historicidade. A expansão dos direitos humanos. A proibição de retrocesso.....	30
7.2. Universalidade. A universalidade e o relativismo cultural. Multiculturalismo, interculturalismo e universalismo de chegada. A hermenêutica diatópica	32
7.3. Relatividade. A relativização de direitos e os direitos absolutos.....	36
7.4. Irrenunciabilidade. A não faculdade de dispor sobre a proteção da dignidade humana	38
7.5. Inalienabilidade.....	39
7.6. Imprescritibilidade	39
7.7. Unidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos	40
8. Evolução histórica dos direitos humanos. As gerações (ou dimensões) de direitos humanos	41
8.1. As primeiras declarações de Direitos Humanos.....	41
8.1.1. As declarações inglesas.....	42
8.1.2. As declarações americanas.....	44
8.1.3. A declaração francesa	45
8.2. As gerações de direitos humanos	46
8.2.1. A 1ª geração de direitos humanos.....	46
8.2.2. A 2ª geração de direitos humanos.....	49
8.2.3. A 3ª geração de direitos humanos.....	50
8.2.4. Quadro comparativo entre as 3 grandes gerações de direitos humanos.....	52
8.2.5. Outras gerações de direitos humanos.....	52
8.2.6. Gerações ou dimensões de direitos humanos?	53
9. Eficácia vertical, horizontal, diagonal e vertical com repercussão lateral dos direitos humanos	54
10. Limitação de direitos humanos.....	58
10.1. Primeiras observações	58
10.2. Limitação pelo Legislativo, pelo Executivo e pelo Judiciário.....	59
10.3. Teoria dos limites da limitação	59
10.4. Proporcionalidade como limite à limitação de direitos.....	60
11. Globalização e direitos humanos.....	61
Capítulo 2 ▶ A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS	63
1. Inovações da CF 88.....	63
1.1. Dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado.....	63
1.2. Proteção da pessoa humana como objetivo fundamental do Estado	64
1.3. Prevalência dos direitos humanos como princípio regente das relações internacionais	66

1.4.	Positivização dos direitos e garantias fundamentais logo no início do texto constitucional.....	67
1.5.	Consagração da aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	67
1.6.	Abertura do catálogo de direitos e garantias fundamentais e reconhecimento dos tratados internacionais de direitos humanos	68
1.7.	Afirmção dos direitos sociais como verdadeiros direitos fundamentais.....	69
1.8.	Qualificação dos direitos das pessoas como cláusula pétrea	69
1.9.	Formação de um tribunal internacional dos direitos humanos	70
1.10.	Quadro sinóptico das inovações da Constituição de 1988.....	71
1.11.	Inovações da Emenda Constitucional 45/2004.....	71
1.11.1.	Alteração do status formal dos tratados de direitos humanos	71
1.11.2.	Possibilidade de submissão ao Tribunal Penal Internacional.....	71
1.11.3.	Federalização dos casos de graves violações de direitos humanos, ou incidente de deslocamento de competência para os órgãos federais	72
2.	Aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	85
3.	Petrificação dos direitos	86
4.	A declaração de direitos	87
5.	A titularidade dos direitos e garantias	90
6.	A Constituição e os tratados internacionais sobre direitos humanos.....	91
6.1.	A partir de que momento os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados à ordem jurídica interna do Brasil, podendo ser aplicados internamente? ...	92
6.1.1.	Assinatura do Tratado e Aprovação legislativa. Unicidade e duplicidade de vontade	94
6.1.2.	Ratificação e depósito do tratado	95
6.1.3.	(Des) Necessidade de promulgação do tratado na ordem interna. Monismo x Dualismo	96
6.1.4.	E o Brasil, como fica? Monismo ou dualismo?	97
6.1.5.	A aplicação dos tratados de direitos humanos na ordem interna não dependeria da promulgação na ordem interna?	98
6.2.	Os tratados são incorporados à ordem jurídica brasileira com que status normativo, com que natureza jurídica?	100
6.2.1.	As diferentes teses, a Emenda Constitucional 45/2004 e a posição do STF. Teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos.....	100
6.2.2.	A natureza supralegal é somente para os tratados sobre direitos humanos aprovados após a EC 45/2004 ou também para os aprovados antes dela? ..	104
6.2.3.	Com a Emenda 45/2004 todos os tratados sobre direitos humanos passaram a ter status formalmente constitucional?.....	105
6.2.4.	A divergência doutrinária.....	111
6.2.5.	A prisão civil do depositário infiel.....	113
6.2.6.	Controle de convencionalidade. O duplo controle de validade	117
Capítulo 3 ► DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....		121
1.	O que é o direito internacional dos direitos humanos.....	121
2.	Precedentes. O pós 1ª Guerra.....	122
2.1.	Direito Humanitário. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	122
2.1.1.	Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.....	122
2.1.2.	O Comitê Internacional da Cruz Vermelha	123
2.1.3.	As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha.....	125
2.1.4.	A Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	125
2.2.	Liga das Nações.....	126

2.3. Organização Internacional do Trabalho.....	126
3. O pós 2ª Guerra. O surgimento da onu e a criação do Tribunal de Nuremberg.....	127
3.1. O contexto da 2ª Guerra.....	127
3.2. O Tribunal de Nuremberg.....	128
3.2.1. Tribunal de exceção e juízo natural.....	129
3.2.2. Julgamento apenas dos alemães. E os crimes praticados por aliados?.....	129
3.2.3. Legalidade e retroatividade penal.....	129
3.2.4. Penas de prisão perpétua e de morte por enforcamento.....	130
3.2.5. Justificativas para relativizar as garantias violadas.....	130
4. Sistemas jurídicos internacionais protetivos de direitos humanos. Sistema global e sistemas regionais.....	131
4.1. Considerações preliminares.....	131
4.2. A Multiplicidade de sistemas e relacionamento entre os sistemas.....	132
4.3. Conflito entre sistemas. Aplicação da norma mais benéfica à pessoa humana.....	134
4.3.1. A audiência de custódia.....	136
5. Mecanismos convencionais e não convencionais.....	138
6. Convenções gerais e convenções especiais (sistema geral e sistema especial).....	140
7. Responsabilidade internacional dos estados em matéria de direitos humanos.....	141
8. Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais.....	142
8.1. Considerações iniciais.....	142
8.2. Órgãos fiscalizatórios.....	143
8.2.1. Órgãos executivos.....	143
8.2.2. Órgãos jurisdicionais.....	144
8.2.3. Regra do esgotamento dos recursos internos. Caráter subsidiário da atuação dos órgãos internacionais. Dever primário dos órgãos internos de atuar em matéria de direitos humanos.....	145
8.2.4. Teoria da margem de apreciação nacional.....	147
8.2.5. Teoria da quarta instância.....	149
8.3. Mecanismos de fiscalização.....	151
8.3.1. Relatórios.....	151
8.3.2. Denúncias (ou comunicações) interestatais.....	151
8.3.3. Denúncias (ou petições) individuais.....	152
8.3.4. Investigações <i>motu proprio</i> (de iniciativa própria).....	153
8.4. Capacidade internacional dos indivíduos. O <i>jus standi</i>	154
9. O dever de adotar medidas internas e a natureza supraconstitucional do Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	156
Capítulo 4 ► SISTEMA GLOBAL (OU UNIVERSAL) DE DIREITOS HUMANOS.....	159
1. A ONU. A Carta da ONU de 1945.....	159
2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.....	160
2.1. Considerações preliminares.....	160
2.2. Conteúdo da Declaração. Tipos de direitos abrangidos.....	164
2.3. Natureza da Declaração: Tratado ou Resolução?.....	165
2.4. Afinal, a Declaração possui força jurídica?.....	166
2.5. Direitos abrangidos na Declaração.....	168
2.6. Proibição de interpretação contrária aos direitos humanos.....	172
3. A juridicização da declaração. Os dois pactos de 1966.....	172
4. Declaração Internacional de Direitos (<i>International Bill of Rights</i>). O sistema geral da ONU.....	174
5. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	175
5.1. Direitos reconhecidos.....	176
5.1.1. Direito à vida e pena de morte.....	178
5.1.2. Trabalho forçado.....	179

5.2.	Aplicação Imediata	180
5.3.	Suspensão das obrigações decorrentes do Pacto	180
5.4.	Monitoramento.....	181
6.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	183
6.1.	Direitos reconhecidos	184
6.2.	Aplicação progressiva. Natureza programática do Pacto?	185
6.3.	Monitoramento.....	187
6.4.	Protocolo Facultativo.....	188
7.	Outros instrumentos normativos	190
7.1.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial	191
7.2.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.....	195
7.3.	Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes	199
7.4.	Convenção sobre os direitos da criança	208
7.5.	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência	213
7.6.	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.....	217
7.7.	Declaração de princípios de tolerância	218
7.8.	Declaração do Milênio das Nações Unidas	219
7.9.	Proteção Internacional dos Refugiados. Direito internacional dos direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados.....	221
7.10.	Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.....	230
7.11.	Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado	233
8.	A Corte Internacional de Justiça	235
9.	O Tribunal Penal Internacional (TPI).....	236
9.1.	O que é o Tribunal Penal Internacional.....	236
9.2.	Precedentes históricos. Nuremberg, Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda.....	238
9.3.	Entrada em vigor do Estatuto do TPI	239
9.4.	Adesão do Brasil ao Estatuto do TPI	240
9.5.	Jurisdição sobre os indivíduos. Exclusão de jurisdição sobre menores de 18 anos.....	240
9.6.	Complementaridade da Jurisdição do TPI.....	240
9.7.	Crimes abrangidos pela jurisdição do TPI. Imprescritibilidade dos crimes	242
9.8.	Competência <i>ratione temporis</i>	249
9.9.	A irrelevância da função oficial exercida pelo Réu.....	250
9.10.	Penas previstas	250
9.11.	Conflito com o Direito interno dos Estados	250
9.12.	A situação do Brasil.....	251
9.13.	O primeiro caso julgado pelo TPI	253
10.	Os procedimentos especiais previstos nas Resoluções 1235 e 1503 do Conselho Econômico e Social	254
Capítulo 5 ► SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS		257
1.	A OEA. Carta da OEA de 1948.....	257
2.	Declaração Americana dos Direitos e Deveres Humanos	257
3.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos (<i>Pacto de San José de Costa Rica</i>).....	258
3.1.	Direitos reconhecidos	259
3.1.1.	Direito à vida e pena de morte.....	262
3.1.2.	Direito à integridade pessoal	266
3.1.3.	Trabalho forçado.....	266
3.1.4.	Direito à liberdade pessoal	268
3.1.5.	Garantias judiciais.....	269

3.2.	Aplicação Imediata	270
3.3.	Suspensão de garantias.....	270
3.4.	Cláusula federal	271
3.5.	Fiscalização (<i>meios da proteção</i>).....	272
4.	Protocolo de San Salvador	273
4.1.	Direitos Reconhecidos.....	274
4.2.	Aplicação progressiva	275
4.3.	Meios de proteção.....	276
5.	Outros Instrumentos Normativos.....	277
5.1.	Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura.....	278
5.2.	Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher...	282
5.3.	Convenção Interamericana sobre desaparecimento forçado de pessoas.....	287
5.4.	Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência	288
5.5.	Convenção dos direitos das pessoas idosas.....	289
5.6.	Convenção interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância	291
6.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	297
6.1.	Organização	297
6.2.	Funções.....	298
6.3.	Competência (petições individuais e comunicações interestatais).....	299
6.3.1.	Requisitos de admissibilidade das petições e comunicações.....	303
6.3.2.	Inadmissibilidade das petições e comunicações.....	304
6.4.	O processo na Comissão.....	305
6.5.	Medidas cautelares.....	307
6.6.	Casos de solução amistosa.....	308
6.6.1.	Caso José Pereira.....	308
6.6.2.	Caso Meninos Emasculados do Maranhão	310
6.6.3.	Caso Márcio Lapoente da Silveira.....	311
6.6.4.	Caso Fazenda Ubá	312
6.6.5.	Caso José Dutra da Costa	314
6.7.	Casos sem solução amistosa que não foram submetidos à Corte. O caso Maria da Penha	317
7.	Corte Interamericana de Direitos Humanos	321
7.1.	Composição	322
7.2.	Ausência de impedimento pela nacionalidade. Direito a ter um juiz da própria nacionalidade participando do julgamento do caso	323
7.3.	Quórum de deliberação.....	324
7.4.	Competência da Corte	324
7.4.1.	Competência contenciosa.....	324
7.4.2.	Competência consultiva.....	325
7.4.3.	Natureza facultativa da competência da Corte. Cláusula <i>ratione temporis</i>	327
7.5.	Legitimidade para submeter casos à Corte. Participação obrigatória da Comissão. A questão da legitimidade dos indivíduos	329
7.6.	Defensores Públicos Interamericanos	332
7.7.	O processo na Corte	334
7.8.	As <i>medidas provisórias</i> adotadas pela Corte.....	336
7.9.	A decisão final	337
7.10.	Cumprimento das decisões da Corte. Execução das indenizações compensatórias. Desnecessidade de homologação por Tribunal brasileiro.....	340
7.11.	Casos julgados pela Corte envolvendo o Brasil	342
7.11.1.	Caso Ximenes Lopes, sentença de 4 de julho de 2006.....	342

7.11.2.	Caso Nogueira de Carvalho, sentença de 28 de novembro de 2006	345
7.11.3.	Caso Escher, sentença de 6 de julho de 2009	346
7.11.4.	Caso Garibaldi, sentença de 23 de setembro de 2009	346
7.11.5.	Caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia), sentença de 24 de novembro de 2010.....	347
7.11.6.	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde.....	351
7.11.7.	Caso Cosme Rosa Genoveva ou Caso Favela Nova Brasília	356
7.11.8.	Caso Povo Indígena Xucuru	365
7.11.9.	Caso Vladimir Herzog e outros.....	370
7.11.10.	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares	376
7.11.11.	Caso Barbosa de Souza e outros	379
7.11.12.	Caso Gabriel Sales Pimenta	382
7.11.13.	Caso Tavares Pereira	386
7.11.14.	Caso José Airton Honorato e outros (Castelinho).....	390
7.11.15.	Caso Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira	396
7.11.16.	Caso Manoel Luiz da Silva	403
7.11.17.	Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara	405
7.11.18.	Caso Cristiane Leite de Souza e outros (mães de Acari)	411
7.11.19.	Caso Collen Leite (Bacuri).....	415
7.11.20.	Caso Muniz da Silva.....	417
7.11.21.	Caso Hernández Norambuena.....	421
7.11.22.	Caso Luiza Melinho	422
7.11.23.	Caso Cley Mendes.....	426
7.12.	Precedentes temáticos da Corte.....	428
7.12.1.	Obrigação de adotar medidas de direito interno	429
7.12.2.	Controle de convencionalidade	430
7.12.3.	Interseccionalidade. Caso “Gonzales Lluy e outros vs. Equador”	431
7.12.4.	Direito à vida	434
7.12.4.1.	O que significa concepção, para fins de proteção da convenção Americana de direitos humanos? Caso “Artavia Murillo e outros (Fertilização in Vitro) vs. Costa Rica”	434
7.12.4.2.	Pena de morte. Ampliação dos casos na legislação nacional. Opinião Consultiva n. 3.....	436
7.12.5.	Direito à verdade	438
7.12.6.	Identidade de gênero e orientação sexual.....	439
7.12.6.1.	Opinião Consultiva n. 24.....	439
7.12.6.2.	Caso “Azul Rojas Marín e outra vs. Perú”	441
7.12.6.3.	Caso “Atala Riffo vs. Chile”	443
7.12.6.4.	Caso “Pavez Pavez vs. Chile”	444
7.12.7.	Liberdade de expressão. Caso “Tristán Donoso vs. Panamá”	446
7.12.8.	Meio ambiente. Opinião Consultiva n. 23	448
7.12.9.	Asilo. Opinião Consultiva n. 25	450
7.12.10.	Índios. Direito às suas terras. Caso comunidade indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai	452
7.12.11.	Reincidência. Caso Fermin Ramirez vs. Guatemala	455
8.	Leis de anistia e o dever dos estados de investigar, julgar e punir.....	457
8.1.	Considerações iniciais. Distinção entre anistia, graça e indulto.....	457
8.2.	Autoanistia e anistia bilateral.....	457
8.3.	A lei de anistia brasileira e a decisão do STF na ADPF 153	457

8.4.	O dever de investigar e a anistia na visão dos órgãos internacionais.....	460
8.5.	O que deve prevalecer: a decisão do STF ou a decisão da Corte Interamericana? A percepção de que os Tribunais nacionais não dão mais “a última palavra” em matéria de direitos humanos	466
Capítulo 6 ► OUTROS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....		469
1.	Sistema Europeu de Direitos Humanos.....	469
1.1.	Considerações iniciais. Sistema europeu, Conselho da Europa e União Europeia	469
1.2.	O Conselho da Europa	470
1.3.	A Comissão de Veneza	470
1.4.	A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	471
1.5.	Direitos sociais no sistema europeu. A Carta Social Europeia	472
1.6.	O Tribunal Europeu de Direitos Humanos	474
1.7.	Precedentes temáticos do Tribunal Europeu de Direitos Humanos	476
1.7.1.	Liberdade de expressão e negação do holocausto. Caso Udo Pastörs vs. Alemanha	476
1.7.2.	Liberdade de expressão e apologia contra homossexuais. Caso Vedjeland vs. Suécia	477
1.7.3.	Liberdade de expressão artística x Liberdade religiosa – Caso Wingrove vs. Reino Unido, 1996	477
1.7.4.	Discriminação racial e liberdade de imprensa. Caso Jersild vs. Dinamarca, 1994	479
1.7.5.	Pluralismo político e perseguição política. Caso Navalny vs. Rússia.....	481
1.8.	Direitos Humanos na União Europeia.....	482
1.8.1.	Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.....	483
1.8.2.	Pilar Europeu dos Direitos Sociais	483
1.8.3.	Precedente temático da Corte de Justiça da União Europeia. Direito ao esquecimento. Caso Google Spain vs. AEPD e Mario Costeja González.....	485
2.	Sistema Africano de Direitos Humanos	487
2.1.	A União Africana e a antiga Organização da Unidade Africana	487
2.2.	A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos	487
2.3.	A Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos	487
2.4.	O Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos	487
2.5.	O mecanismo de revisão pelos pares (MARF).....	488
3.	Direitos humanos na Ásia	489
4.	Direitos humanos no Mercosul	490
4.1.	Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul	490
4.2.	Declaração Sociolaboral do Mercosul	491
4.3.	Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul	492
Capítulo 7 ► A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA E ALGUNS DIREITOS HUMANOS.....		495
1.1.	Sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular	495
1.2.	Alistamento eleitoral e capacidade eleitoral ativa	497
1.3.	Condições de elegibilidade	498
1.4.	Inelegibilidades	498
1.5.	Cassação, perda e suspensão de direitos políticos.....	500
1.6.	Anterioridade da lei que alterar o processo eleitoral	501
2.	Direito à saúde.....	502
3.	Assistência social.....	505
3.1.	A garantia de um salário mínimo de benefício mensal	508
4.	Portadores de transtornos mentais	510
4.1.	Considerações iniciais.....	510

4.2. Direitos reconhecidos	510
4.3. Responsabilidade do Estado com os portadores de transtornos mentais	511
4.4. Internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental	511
4.5. Pesquisas científicas com pessoas portadoras de transtornos mentais	514
5. Pessoas com deficiência	514
6. Igualdade racial.....	521
6.1. Considerações iniciais.....	521
6.2. Conceitos operacionais.....	522
6.3. Diretrizes da participação da população negra.....	524
6.4. Os direitos fundamentais da população negra	525
6.5. Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial (SINAPIR)	528
6.6. Discriminação étnica, fiscalização e acesso à justiça	529
7. Programa Nacional de Direitos Humanos.....	529
7.1. Considerações iniciais.....	529
7.2. Eixos orientadores e diretrizes	530
7.3. Prazo de implementação das medidas do PNDH 3	535
7.4. Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH 3	535
8. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Conselho Nacional dos Direitos Humanos	536
9. O ministério Público e a defesa dos direitos humanos	541
10. A Defensoria Pública e a defesa dos direitos humanos	542
10.1. Missão constitucional da Defensoria Pública	542
10.2. Princípios institucionais da Defensoria Pública	544
10.3. Defensorias Públicas previstas na Constituição.....	545
10.4. Autonomia das Defensorias Públicas	546
10.5. Organização das Defensorias Públicas.....	547
10.6. Garantias dos Defensores Públicos	548
10.7. Defensores Públicos Interamericanos	548
10.8. Defensoria Pública e Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	549
11. Comissão nacional da verdade	549
12. Proteção DA PESSOA IDOSA	556
13. População em situação de rua.....	562
14. Identidade de gênero e orientação sexual. Pessoas LGBTQIAPN+	571
Capítulo 8 ▶ ACESSO À JUSTIÇA	577
1. Acesso à justiça como um direito humano e fundamental.....	577
2. Acesso à justiça e assistência jurídica	578
3. Acesso à justiça em sentido formal e em sentido material	579
4. Acesso à justiça por Mauro Cappelletti e Bryant Garth.....	580
4.1. As três ordens de obstáculos.....	580
4.2. As três ondas de soluções práticas	581
5. Acesso à justiça por pessoas pobres e defensoria pública. As resoluções da OEA.....	582
6. Assistência jurídica gratuita a pessoas pobres. Um serviço público não exclusivo do estado, que não é atribuição exclusiva da defensoria pública	584
7. Possibilidade constitucional de os municípios instituírem serviço público de assistência jurídica gratuita em favor de pessoas pobres.....	586
Palavras finais ▶ UM CONVITE MUITO ESPECIAL DO AUTOR	589